



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 09.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 05 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **no** Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **FABIO PEREIRA DA SILVA – ME (CNPJ: 18.742.343/0001-97)** apresentou sua proposta a este setor no dia 02/06/2023, as 12:48 horas, no valor de R\$ 81.000,00 para o posto de recepcionista, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.788,34 (três mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), valor mensal da proposta no valor de R\$ 7.576,68 (sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) e valor anual de R\$ R\$ 90.920,16 (noventa mil, novecentos e vinte reais e dezesseis centavos).

Primeiramente, a planilha de custos apresenta distorções quanto ao fornecimento das informações, quando comparado a proposta da licitante em PDF, conforme itens a seguir:

A proposta em PDF enviada pela empresa apresenta o valor mensal de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) e valor anual de R\$ 81.000,00 (oitenta um mil) reais.

No cabeçalho da planilha foi indicado qual a CCT utilizada para preenchimento da planilha de custos, entretanto, em decorrência dos custos unitários para os itens de composição da planilha, deduz-se que foi a CCT AM000007/2023.

A planilha de custos apresentada possui poucos itens com divergência, ou ausência de valores, conforme detalhado a seguir:

Item “DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR”, não foi preenchido custo na proposta da licitante, embora conforme Cláusula Décima Segunda, parágrafo segundo, foi estipulado pela CCT a participação de R\$ 15,00 (quinze) reais por empregado:

Parágrafo Segundo: Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM, depositados diretamente em conta.

Apresentação de valores com indícios de inexecutabilidade para o item “Rádio comunicador walk talk 1 (conjunto)”, no qual a empresa ofertou o custo de R\$ 20,00 (vinte reais) para o conjunto de rádios comunicadores.

Diante dos itens de material e equipamento, da apresentação de valores irrisórios pela licitante, vejamos o que diz a legislação, conforme o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao

objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Logo, embora a empresa opte por omitir os custos de itens e apresentar valores irrisórios dos materiais solicitados no Termo de Referência do edital, ao realizar o dimensionamento de sua proposta, não extingue o proponente de arcar com o ônus de suas obrigações omissas, conscientes de que os valores não poderão ser incluídos posteriormente.

Outro ponto a ser destacado, diz respeito ao enquadramento tributário da empresa, pois ao realizar a consulta no sistema do Simples Nacional, verificou-se que a empresa é optante desde 23/08/2013, sendo assim cabe este setor informar que **a opção pelo regime simplificado não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra, contudo, é importante salientar que por se tratar de licitação para cessão de mão de obra vedado ao regime do simples nacional, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação, seja de forma espontânea quando solicitado pela administração, seja através de exclusão via ofício caso a empresa se negue realizar sua exclusão.**

“(…)

não constitui óbice à participação em licitação pública, pois, consoante destacou a unidade técnica, a Lei Complementar nº 123/2006 não faz qualquer proibição nesse sentido, tampouco a Lei de Licitações”.

(...)

“faça incluir, nos editais, disposição no sentido de que a licitante, optante pelo Simples Nacional, que venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do

mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123”. Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010

Solicita-se ainda que a empresa exclua os valores constantes na aba parâmetro para o posto de Agente de Portaria, (foi colocado em vermelho), pois, está conflitante no valor mensal apresentado na aba resumo de valores:

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO

Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Recepcionista	R\$ 3.788,34	1	R\$ 3.788,34	2	R\$ 7.576,68
II	Agente de Portaria	R\$ 2.931,42	1	R\$ 2.931,42	2	R\$ 5.862,84
	Valor Mensal					R\$ 13.439,52

Fonte: planilha da licitante de 02/06/2023

3. Conclusão

Embora a empresa tenha adotado a planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade do correto preenchimento da planilha Modelo. Além disso é importante deixar claro, que o valor da proposta da licitante deve ser o reflexo da composição dos Módulos da Planilha de Custos, **o que não ocorre nessa proposta.**

A proposta **apresenta mais de um item com ausência de valor e item com percentuais irrisórios, ou custo unitário irrisório**, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017, itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, **desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a divergência entre os valores propostos em PDF e a Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos

custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição, recomendamos a empresa demonstrar essa diferença em relação ao lucro proposto.

Logo, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha e apresentação de justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo